

## **Da Guerra do Chaco à Revolução Boliviana de 1952**

Everaldo de Oliveira Andrade

### **Resumo:**

Este artigo analisa o processo histórico que desencadeou a Revolução Boliviana de 1952, destacando suas principais causas: a Guerra do Chaco (1932-1935), a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a formação de novos partidos políticos classistas e sindicatos nos anos da década de 1940.

**Palavras chave:** Revolução - Bolívia – guerra do chaco

Ao longo de duas décadas – 1932 a 1952 - cortadas pela II Guerra Mundial, a pequena Bolívia viu atravessar pela sua História profundas transformações que marcaram de forma definitiva e irreversível seu futuro e o do continente. Da guerra do Chaco (1932-1935), que derramou sangue índio de milhares de paraguaios e bolivianos no coração da América do Sul, à Revolução de 1952, que viu mineiros saírem de suas galerias subterrâneas para destruir o exército nacional, fundiram-se dois elos de uma mesma corrente histórica. Esclarecer as grandes linhas deste processo é o objetivo deste trabalho.

### **As estruturas econômicas e o sistema político tradicional**

A depressão econômica mundial que se seguiu à 1ª. guerra mundial e, posteriormente, a crise de 1929, mostrou toda a fragilidade das estruturas econômicas de exportação de bens primários nas quais se baseavam os países latino-americanos. A economia boliviana, cujo principal produto de exportação era o estanho, foi profundamente afetada, trazendo, como conseqüências quase imediatas, uma longa série de crises políticas e sociais que se prolongaram nos anos seguintes.

A importância econômica da exploração do estanho na economia nacional tornou-se cada vez maior ao longo do século XX o que, concomitantemente, aproximou a Bolívia da situação do mercado internacional. Entre 1900 e 1909 o estanho representava já 40% do comércio exterior, entre 1910 e 1919 subia para 60%, entre 1920 e 1939 alcançava 72%, e entre 1940 e 1949 chegará a 75% do total do comércio exterior do país. No entanto, estas crescentes exportações traziam pouco retorno para o desenvolvimento da economia nacional do país. Em primeiro lugar pelos baixos impostos cobrados pelo governo, que durante muitos anos variou de 3% a 5% do valor exportado, variando até 13% em certos períodos mais curtos. Em segundo lugar porque a exploração estava extremamente concentrada : Simon I. Patiño, que detinha em 1931 62% do volume de exportações de estanho; Mauricio Hochschild com 26% do controle das exportações em 1938 e Carlos Aramayo com 10% em 1934<sup>1</sup>. Estes grandes proprietários priorizavam a exportação bruta de minérios, sem dirigirem investimentos para o processamento destas matérias-primas em solo boliviano.

O poder dos grandes mineradores se estendeu para outros ramos da produção e negócios e ganhou posteriormente dimensão internacional. Patiño controlava o maior banco da Bolívia, possuía jornais, ferrovias, fazendas, além de plantar sólidas raízes fora do país. Hochschild e Aramayo tinham negócios que também se ramificavam pelo conjunto da economia. Como consequência, o Estado, dependente principalmente dos ingressos da mineração, tornou-se uma agência intermediária diretamente ligada aos interesses dos grandes mineradores e com poucas margens de manobra para exercer iniciativas econômicas autônomas<sup>2</sup>. Até a nacionalização das grandes minas em 1952, pouco se alterou o quadro concentrador da produção, que, por outro lado, criava laços de extrema dependência do país com o mercado mundial. A pequena e a média mineração ocupavam um espaço secundário no mercado monopolizado pelos três grandes magnatas do estanho.

A queda internacional dos preços de estanho a partir de meados da década de 20, provocou grandes abalos nos orçamentos governamentais. No período de 1926 -1929, como consequência direta da depressão, aumentaram as dificuldades financeiras do Estado e houve necessidade de grandes empréstimos internacionais. A partir de 1927, os preços caíram constantemente; neste ano a tonelada do estanho estava em US\$917, em 1929 baixaria para US\$794. Foi neste momento delicado que sobreveio a crise de 1929<sup>3</sup>.

O governo de Hernando Siles decretou estado de sítio no final de 1928 numa tentativa de conter as mobilizações políticas internas que cresciam com a crise econômica.<sup>4</sup> Em meados de 1930 um levante impediu que Siles prorrogasse seu mandato. Uma coalizão de partidos conservadores lançou Daniel Salamanca candidato presidencial. Eleito, seu governo teve que enfrentar o agravamento da situação interna motivada pela deterioração crescente da economia.

As quedas constantes dos preços do estanho aliada aos aumentos dos serviços da dívida externa, arruinavam as finanças públicas. Em 1929, 37% do orçamento já se destinava ao pagamento da dívida pública. Houve uma desaceleração geral da economia nacional, queda da produção, desemprego e inflação crescente. A Bolívia foi o país mais prejudicado pela queda dos preços do estanho. Seus custos de produção eram mais altos comparativamente a outros países produtores. A produção de estanho se reduziu de 46.000 toneladas em 1929 para 14.700 no ano seguinte, provocando uma onda de fechamento de minas e desemprego. Muitos pequenos e médios mineradores faliram.<sup>5</sup>

Em fins de 1930 o governo em acordo com os grandes mineradores, impôs um programa de controle da produção e a cobrança de um imposto mínimo. As novas medidas procuravam garantir o mínimo equilíbrio às finanças públicas e preservar os interesses dos grandes mineradores. Em fins de julho de 1931, o governo de Daniel Salamanca foi obrigado a parar de pagar a dívida externa. Em meados de 1932 a produção de estanho se paralisou e logo depois seguiria produzindo 1/3 do que produzira antes de 1929. Os preços chegaram a cair para US\$385 a tonelada. Somente em 1933 a Bolívia conseguiu

recuperar seus níveis de produção de meados dos anos 20<sup>6</sup>. Ao mesmo tempo, Simon Patiño patrocinou a criação do Comitê Internacional dos grandes produtores de estanho, impondo cotas e controle ao mercado internacional, o que lhe permitiu, em plena crise, não sofrer perdas e fortalecer seus negócios<sup>7</sup>.

O poderio econômico crescente da grande mineração do estanho tornou o estado boliviano uma caricatura, agência intermediadora entre os grandes capitais gerados pela mineração e o restante da burguesia boliviana. O pacto de poder que comandava o país combinava o setor minerador integrado à economia capitalista de ponta dos países industrializados com uma economia rural atrasada, de traços pré-capitalistas. A incorporação da economia boliviana ao mercado capitalista mundial se dera em fins do século XIX com a mineração do estanho, no momento em que se consolidava a fase imperialista do capitalismo. A economia desenvolvida a partir desse momento combinou, portanto, uma rápida modernização da produção de estanho, com a introdução de novas técnicas e construção de ferrovias, mantendo, ao mesmo tempo, lado a lado, a economia pré-capitalista e extremamente atrasada no campo<sup>8</sup>. A cessão de privilégios, de exploração de petróleo, ferrovias e outros serviços pelo Estado aos Grandes Barões do estanho, refletiam uma dócil submissão econômica e política da burguesia aos poderosos interesses econômicos ligados à mineração. O pequeno e limitado mercado surgido do circuito econômico da mineração e em menor escala do latifúndio eram a base sobre a qual sobrevivia a elite política boliviana. As grandes fortunas acumuladas com a mineração não permitiram, no entanto, o fortalecimento e desenvolvimento da economia nacional. A extrema concentração e peso da produção do estanho não permitiram que se estruturasse uma forte burguesia nacional. Esta se inseriu subordinada no mercado internacional.

A crise de 1929 veio assim, abalar todo esse frágil equilíbrio, pois redistribuiu os ônus da crise econômica, o que significou desprendimentos políticos e convulsões no próprio interior da burguesia. As fricções entre os grandes mineradores e o estado tornaram-se mais freqüentes. O grande peso da crise recaiu sobre o aparato estatal, fragilizando a manutenção da estabilidade política. Os setores da pequena-burguesia, ou classes médias, que se expandiram no impulso do setor minerador-exportador, sofreram ainda mais esse impacto, vendo ruir o único pólo, com certo dinamismo na economia, que permitia um limitado nível de ascensão social. O restante da população vivia, em sua esmagadora maioria, ainda fora de qualquer relação política ou institucional com o Estado e com o mercado. Mesmo as concentrações de mineiros ainda eram na década de 20, pequenas, e compostas de massas semi ou recém-proletarizadas sem importância na vida política nacional.

## **A guerra do Chaco**

A primeira e mais visível consequência da crise política e econômica provocada pelo terremoto de 1929 sobre a burguesia boliviana foi a guerra do Chaco, que opôs de maneira sangrenta, Bolívia e Paraguai entre anos de 1932 e 1935. Seu impacto sobre as relações sociais e políticas do país foram profundos.

A deterioração da economia e o tensionamento crescente das relações políticas internas aumentavam as dificuldades do governo de Daniel Salamanca. Nas eleições de 1931, ele perdeu a maioria no congresso. Nas ruas, as greves e movimentos de estudantes cresceram. Em 1o. de julho de 1931 Salamanca surpreendeu a todos rompendo relações com o Paraguai depois de um pequeno incidente na fronteira. Ainda em 1931 Salamanca, alegando ameaças comunistas, tentou aprovar um decreto que lhe daria plenos poderes, mas foi derrotado no congresso<sup>9</sup>. Essa derrota e a agudização dos conflitos internos fez seu governo concentrar suas energias nas questões fronteiriças do Chaco como forma de desarmar conflitos internos e reconquistar autoridade política para o seu governo. Rapidamente todos os setores políticos da burguesia cerraram fileiras com o governo nos seus propósitos belicistas e isso ajudou Salamanca a justificar o desencadeamento de uma feroz repressão ao movimento operário e estudantil. Estas medidas acabaram por ajudar a criar a visão de uma unanimidade nacional em torno do apoio à guerra.

Uma série de pequenos incidente com o Paraguai ajudou o governo no caminho da guerra. O caminho das negociações foi deliberadamente descartado<sup>10</sup>. Salamanca insistiu na guerra mesmo depois da oposição do próprio alto comando do exército e da falta de iniciativas bélicas dos paraguaios<sup>11</sup>. No final de julho de 1931, depois de alguns pequenos choques na fronteira, o governo decidiu investir na guerra total contra o Paraguai. Tudo fazia crer que a vitória boliviana seria fácil e rápida. O exército boliviano fora treinado por altos oficiais alemães, o país possuía uma população e uma estrutura econômica superiores às do Paraguai.

Quando, entretanto, a guerra se iniciou, em julho de 1932, o exército boliviano, composto em sua maioria pelos índios acostumados a viver nas terras frias e de ar escasseado dos altiplanos, foi confrontado com uma região inóspita, seca e arenosa, onde a resistência física contaria muito mais que a capacidade militar. E nestas condições, desde cedo os paraguaios superaram em capacidade militar o exército boliviano. O que os bolivianos pretendiam que fosse uma rápida guerra de conquista, tornou-se um pesadelo. Milhares de soldados morreram de sede e fome a centenas de quilômetros dos principais centros econômicos do país e a isso se aliaram a própria incompetência do corpo de oficiais bolivianos.

Um incidente que ajudou o governo no seu intento de galvanizar um sentimento de mobilização nacionalista foi a recusa da Standard Oil, companhia petrolífera norte-americana que detinha o direito de exploração das jazidas em território boliviano, de ajudar o governo no esforço de guerra. Depois foi descoberto que a empresa bombeava secretamente petróleo para a Argentina, aliada dos paraguaios. Esses

incidentes tornaram popular a tese de que as motivações originais da guerra estariam no confronto entre a Standard Oil norte-americana e a Royal Deustch inglesa que possuía o direito de explorar supostas jazidas em território paraguaio. Esses fatos tiveram uma enorme repercussão política no interior da Bolívia, foram os principais motivos para a posterior nacionalização da Standard Oil<sup>12</sup>, e foram utilizados pelo governo como forma de aumentar a mobilização nacional em apoio a guerra. As campanhas nacionalistas desenvolvidas pelo governo tinham uma importância maior frente ao crescente número de deserções e a campanha contra a guerra desenvolvida por grupos de esquerda. Muitos militantes anti-belicistas foram presos e enviados a frente de batalha como soldados rasos<sup>13</sup>.

Em 25 de novembro de 1934 Salamanca foi deposto pelo exército em pleno desenvolvimento das operações militares, quando tentava mais uma vez trocar a chefia do alto comando. O governo foi entregue ao vice-presidente Tejada Sorzano que tratou de imediatamente iniciar conversações e assinar a paz em 14 de junho de 1935. A Bolívia terminava o conflito deixando mais de 65 000 soldados mortos, pelo menos 240 mil quilômetros quadrados de território para o Paraguai e a economia nacional destruída.

Um dos principais motivos da derrota boliviana foi, inegavelmente, a própria estrutura econômica e social do país. Os índios aymaras e quéchuas continuaram segregados e humilhados pelos brancos e mestiços, mesmo nos campos de batalha. No interior do exército essa segregação também foi mantida. Oficiais e suboficiais brancos e mestiços mantinham toda sorte de regalias enquanto os soldados eram privados dos mínimos cuidados médicos<sup>14</sup>. Destreinados e desadaptados para o clima, os soldados-índios morriam com pouca consideração dos oficiais<sup>15</sup>. A guerra não significou uma integração do índio à nação, pelo contrário, ela reafirmou toda a estrutura social de opressão, que ele já conhecia, e aprofundou ainda mais o fosso que separava a elite burguesa branca da maioria indígena. Para os setores civis da pequena burguesia a guerra provocou uma crescente ruptura dos interesses comuns que a ligava ao aparato estatal da burguesia.

Os problemas econômicos que vinham de antes da guerra, ganharam uma dimensão ainda maior. A inflação disparou e o desemprego e subempregos nas cidades cresceram rapidamente. Muitos ex-combatentes índios não retornaram ao campo e se dirigiram às cidades, engrossando as massas de desempregados. Apesar do pequeno impulso do setor manufatureiro logo após a guerra, a crise econômica se abateu pesadamente sobre a pequena burguesia e o proletariado urbano. Outro fator de enorme importância foi a interrupção da crescente capitalização e expansão da grande mineração do estanho. Nas zonas agrícolas do campo, a guerra interrompeu momentaneamente o processo de destruição das comunidades indígenas e expansão das grandes fazendas<sup>16</sup>. Ao contrário do que esperava a elite oligárquica boliviana, a guerra tornou-se um acelerador da sua própria crise e estimulou o surgimento de uma oposição dos setores sociais mais atingidos pela crise do pós-guerra.

Dessa forma, podemos compreender melhor a ação da burguesia boliviana frente à crise política que se instalava no imediato pós-guerra, marcada por tentativas de manipular os emergentes movimentos oposicionistas provindos de setores operário e pequeno burgueses, procurando rearticular uma base política e social para o aparato estatal. Uma primeira demonstração dessa nova fase foi a curta atuação de Tejada de Sorzano, que tentou conter os novos impulsos reformistas e canalizar a insatisfação iniciando o processo judicial contra a Standard Oil. Criou os ministérios do Trabalho e Bem Estar na tentativa de forjar uma resposta política à crescente crise social. No entanto, essas medidas foram insuficientes para equilibrar a situação em favor do velho pacto de poder. O sistema político, que se manteve até a guerra, estava irremediavelmente abalado. Os pequenos grupos marxistas e socialistas dos anos 20, como veremos a frente, se desenvolveram e ganharam crescente audiência política no pós-guerra. Setores da pequena-burguesia, até então ligados ao aparato estatal principalmente da administração e do exército, passaram a procurar caminhos próprios. Estas novas forças políticas que surgiram ainda não possuíam densidade para disputar diretamente o poder, e o exército através dos jovens oficiais, acabou sendo o primeiro canal no qual esta insatisfação geral e difusa ganhou expressão, constituindo os primeiros núcleos sólidos da corrente política nacionalista de base pequeno-burguesa no país.

Assim, contraditoriamente, apesar da derrota militar, pelas circunstâncias imperantes logo após a guerra, de desgaste dos partidos tradicionais da oligarquia, uma fração do exército ocupou diretamente a condução do poder político. Os governos militares da década de 30, apesar de sinalizarem uma ruptura na vida política nacional, foram marcados pela ambigüidade, pois, ao mesmo tempo em que eram portadores de exigências reformistas, expressavam um temor dos militares de sofrerem represálias pela derrota na guerra<sup>17</sup> e, neste sentido, buscavam também preservar a instituição militar da derrocada geral do aparato estatal. Estas características limitaram a ação destes governos.

Todas as antigas e novas facções da burguesia terminaram por apoiar a subida ao poder dos militares, única forma de garantir no momento um mínimo de estabilidade. Obviamente esses grupos políticos tradicionais esperavam que, com o restabelecimento rápido do controle e legitimidade estatal, o poder fosse devolvido aos tradicionais grupos civis<sup>18</sup>. Entretanto, as cúpulas militares mais identificadas com a elite política tradicional foram suplantadas por setores da média oficialidade mais distanciados dos políticos tradicionais da oligarquia. Abridadas sob uma roupagem reformista e socializante, este setor do exército possuía maiores possibilidades de canalizar as mobilizações sociais crescentes para o canais políticos sob controle institucional.

## **O militarismo nacionalista**

Em maio de 1936, o Estado maior do exército decidiu assumir definitivamente o controle político

do país, deixado sob relativa suspensão após a substituição de Salamanca pelo seu vice-presidente Tejada de Sorzano. A articulação golpista foi rápida e contou desde o seu início, com apoio importante de setores sindicais liderados por Waldo Alvarez. O líder sindical, em acordo prévio com os militares, organizou um greve geral e promoveu mobilizações nas cidades. Essas ações desestabilizaram rapidamente o governo e serviram de pretexto para o golpe militar, permitindo, além disso, que desde o seu início, o novo governo atraísse a maioria dos setores nacionalistas e reformistas.

Dentro do grupo militar que assumiu o poder, destacava-se o coronel David Toro respeitado pela sua participação na guerra do Chaco, para chefiar o governo. O jovem oficial German Busch, que se projetaria no futuro, assumiu o controle do exército. Desde o início, os pronunciamentos do novo chefe fizeram alusões freqüentes aos propósitos nacionalistas e socialistas que o orientavam, que em grande parte se resumiram ao desenvolvimento de medidas limitadas de intervencionismo estatal na economia.

Procurando esvaziar as bandeiras reformistas dos grupos de esquerda, do movimento operário e popular que proliferavam, o governo Toro tomou como bandeira a nacionalização da Standard Oil sem direitos a indenização. A nacionalização adquiria um sentido de acerto de contas da nação pela traição da Standard Oil, com a derrota na guerra. A Standard Oil buscou fugir da legislação boliviana. Através do governo dos EUA, pressionou Toro mas sem resultados. O governo boliviano tinha investigado e comprovado as fraudes da empresa. Mesmo assim, as represálias dos EUA só recuaram com a 2a. guerra<sup>19</sup>. Toro fez da nacionalização o ato político mais importante de seu governo, conseguindo indiscutível apoio popular.

Apesar do respaldo conquistado junto a setores do movimento sindical e de grupos nacionalistas da pequena burguesia, o governo de Toro oscilava em pólos sociais contraditórios. Apoiou a criação da CSTB (Confederación Sindical de los Trabajadores Bolivianos) em 29 de novembro de 1926. Nem bem consolidava-se o movimento sindical, Toro iniciou uma série de perseguições, prisões e deportações de militantes de esquerda que se aproveitaram das concessões à organização sindical e assumiram uma ação cada vez mais independente e ousada. Por outro lado, a estas medidas se seguiu uma cooperação pública com os magnatas do estanho Hochschild e Aramayo.

As insatisfações cresceram a ponto de atingir o principal grupo de oficiais nacionalistas que o apoiavam. Toro foi obrigado então a contemporar com esses setores insatisfeitos do exército sob o comando do tenente coronel German Busch, até então seu braço direito. A insatisfação o isolou do último ponto de apoio organizado do seu governo, os militares. Numa reunião do Estado Maior do Exército David Toro foi substituído pelo jovem tenente coronel German Busch. Em junho de 1937 German Busch assumia o poder comprometido com as linhas gerais do governo anterior. De qualquer forma era um claro sintoma de que os velhos grupos políticos, apesar de suas constantes tentativas, não logravam se

rearticular como força política suficiente.

Em maio de 1938 foram convocadas eleições constitucionais e novas forças políticas prevaleceram sobre os partidos tradicionais. A nova constituição assumiu um perfil mais progressista, reservando ao estado um papel mais intervencionista na economia. Incorporou e legalizou uma série de conquistas trabalhistas, introduziu o conceito de função social da propriedade, proteções aos camponeses e às mulheres. Significou enfim um claro avanço nos direitos sociais e políticos do país, expressando a influência desfrutada por grupos reformistas e nacionalistas naquele momento e a posição relativamente desfavorável dos grupos tradicionais. Outra medida que veio complementar os conceitos sociais introduzidos na Constituição foi a promulgação em abril de 1939 do Código de Trabalho, conhecido como Código Busch.

Para fazer frente à deterioração das finanças do combalido estado boliviano e aumentar o seu controle sobre a mineração, Busch criou o Banco Minero e obrigou os empresários mineiros a venderem ao Estado 100% de toda a moeda estrangeira obtida com a venda de mineirais. Apesar do caráter limitado da medida, que se resumia em grande parte a um controle de câmbio, tinha um significado político importante, pois impunha um mínimo controle sobre a exportação de minérios e era algo que nenhum governo até então ousara implementar. Em 24 de abril de 1939 Busch instituiu uma ditadura, rompendo o caráter legalista que procurava imprimir ao governo. Refletia com certeza sua descrença em partidos e instituições, uma intenção de exercer o poder político inclusive por cima dos interesses de classe e consolidava o conteúdo bonapartista de seu governo. Seu governo sempre oscilou entre, por um lado, a necessidade de controlar as massas populares e, por outro, as pressões dos grandes mineradores representados pelos velhos grupos políticos da burguesia, com os quais nunca chegou de fato a romper. O governo de Busch ameaçou os interesses dos setores conservadores muito mais pelo seu caráter instável, pela ausência de um real aparato ou partido político que o sustentasse e permitisse um seguro controle do movimento social, do que pelos vínculos que o mantinha solidamente ligado à burguesia. Seu suicídio em 23 de agosto de 1939 expressou tragicamente estes impasses, no confronto de classes que se acirrou e amadureceu durante seu governo.

Com o espaço político criado pelo governo, cresceu e se fortaleceu, por outro lado, o movimento operário, criando maiores temores e perigos para os interesses da burguesia. O movimento da pequena burguesia de jovens oficiais do exército foi acompanhado de uma maior mobilização e conscientização entre as camadas trabalhadoras das cidades e do campo. Ao lado da decomposição do estado oligárquico, germinava então um movimento de recomposição política e social em torno de novos núcleos operários e de uma pequena burguesia urbana que despertava. Esse é o principal alicerce do surgimento das novas organizações políticas nacionalistas e de esquerda, que analisaremos com maiores detalhes à frente.

## *Novos partidos e as mobilizações sociais na década de 1940*

O movimento de independência de classe do proletariado, que tivera no surgimento do POR, como veremos a frente, seu marco inicial, e os desgarramentos de setores da pequena burguesia da hegemonia burguesa, ganhavam novos desdobramentos com o surgimento de outros partidos que buscavam influenciar setores da pequena burguesia e proletariado. Em torno de José Antonio Arze, líder estudantil exilado pelos governos reformistas, organizara-se em 1939 a Frente da Esquerda Boliviana (FIB), com importantes apoios nos meios estudantis. Em 26 de julho de 1940 essa frente deu origem ao Partido da Esquerda Revolucionária (PIR), passando a atuar praticamente como seção da III Internacional, e funcionando como o depositário das orientações da esquerda estalinista no país<sup>20</sup>. Junto com o PSOB (Partido Socialista dos Operários Bolivianos), dissidência de 1938 do POR liderada por Marof, o PIR disputou a hegemonia do movimento sindical nos primeiros anos da década de 40.

Dentre os novos partidos da pequena-burguesia nacionalista que surgiram durante e após a guerra, um dos mais destacados seria a FSB - Falange Socialista Boliviana - fundada em Cochabamba em 1940. O conteúdo de seu programa era patriótico e nacionalista, com apelos catolicistas e conservadores. Adotou uma prática conspirativa e violenta inspirando-se na Falange Espanhola, tornando-se a representação fascista mais atuante do país.

Durante os governos de Toro e Busch, um grupo de profissionais liberais e burocratas identificados com o nacionalismo moderado desses governos, se agrupou dando origem ao MNR em 1941. Esse partido, que em futuro próximo assumiria importante papel, estava no entanto, profundamente ligado por laços econômicos e políticos à elite política burguesa e possuía uma prática política elitista baseada mais no personalismo, que em iniciativas que visassem integrar o movimento social surgido nos anos 30.

O general Quintanilla ocupou um mandato tampão entre a morte de Busch e as novas eleições. Com o voto "qualificado" dos poucos milhares de alfabetizados, foi eleito o general Enrique Peñaranda, apoiado pela coalizão conservadora "Concordância". O mandato de Enrique Peñaranda foi marcado pelas consequências políticas e econômicas da II Guerra Mundial sobre a Bolívia. No entanto três outros elementos desenvolviam-se como pano de fundo de seu governo: a crise econômica que se prolongava desde 1929, com a decomposição dos partidos tradicionais e o surgimento e fortalecimento de novos grupos e partidos políticos de oposição. Recusando-se a aceitar a estratégia reformista desenvolvida anteriormente por Toro e Busch, seu governo se refugiou no estreitamento de relações com os EUA<sup>21</sup>, procurando se engajar firmemente com o esforço de guerra aliado, o que acabou dando à guerra um impacto mais profundo do que se previa ao país, afetando o conjunto da base econômica e das relações sociais internas, introduzindo novos elementos de desequilíbrios e tensões.

O início da 2ª. Guerra Mundial guerra exigiu do governo boliviano um maior compromisso com os interesses dos EUA. O governo norte-americano exigiu que os preços de seus minérios se situassem abaixo das cotações do mercado como forma dos bolivianos contribuírem com o esforço de guerra. A partir de 1942, a Bolívia tornou-se praticamente o único fornecedor de estanho aos Aliados. Com isso o Estado perdeu recursos essenciais e a margem de lucro das companhias também declinou. Como forma de combater a queda dos preços, as companhias dobraram a produção entre 1938 e 1942 e aumentou em 40% a força de trabalho. Ao final da guerra, o Estado estava em séria crise financeira e os acampamentos mineiros com enormes concentrações operárias sub-remuneradas<sup>22</sup>.

As medidas repressivas contra o movimento social aceleraram o coesionamento político do proletariado e da pequena-burguesia. As dificuldades de unidade política da burguesia, o descontrole das finanças do estado, permitiram que se abrissem maiores espaços para ações mais ousadas da oposição. A reação governamental tornou-se cada vez mais dura e violenta. O governo passou a utilizar o contexto da guerra para tentar encurralar os setores oposicionistas.

Em janeiro de 1942 produziram-se grandes mobilizações contra o governo na cidade de Potosí. O governo aproveitou-se da situação para prender vários militantes de esquerda ligados principalmente ao POR, que adquiria influência nas minas. Em 22 de fevereiro os principais militantes do partido foram presos e levados para campos de concentração. Não obstante, o movimento sindical continuava ativo e em março uma grande greve convocada pelos professores desencadeou uma violenta reação sem resultados, acabando por desmoralizar do governo<sup>23</sup>. Em 13 de abril de 1942 o governo ditou o Decreto de Segurança de Estado, impondo medidas draconianas para tentar controlar o movimento social.

No entanto, as eleições parlamentares de 1942 foram mais uma demonstração da erosão crescente da base social da burguesia. Esse fato ganha maior relevo se considerarmos que o eleitorado era restrito aos alfabetizados e majoritariamente brancos. Os partidos tradicionais alcançaram 14.163 votos contra os 23.401 dos outros partidos não identificados com o governo<sup>24</sup>. Era uma expressão numérica do deslocamento político da pequena-burguesia urbana procurando se distanciar dos partidos tradicionais, o que já se pronunciara em menor escala nas eleições constituintes de 1938. Enquanto a pequena burguesia deslocava-se permeada de contradições do eixo hegemônico da burguesia, o proletariado amadurecia rapidamente e conquistava uma ação independente de forma cada vez mais decidida. A CSTB fundada durante o governo Busch, realizou seu 2º Congresso em janeiro de 1939. Os setores mais representativos e organizados estiveram presentes, como ferroviários e mineiros, demonstrando um nítido avanço da organização do movimento operário. Em 1940 a CSTB foi dividida em função da luta que travavam em seu interior pela direção o PIR e o PSOB<sup>25</sup>.

No final de 1942 a mineração boliviana estava no seu grau máximo de atividade por conta dos

desdobramentos e exigências da 2ª guerra. As empresas procuravam fazer frente à queda dos preços subsidiados aos EUA, aumentando brutalmente o nível de exploração da força de trabalho. Em 30 de setembro o Sindicato dos mineiros de Catavi apresentou uma pauta de reivindicações exigindo melhorias salariais e reconhecimento sindical. A empresa Patiño além de não participar da Junta de Conciliação, conforme determinava a legislação, exigiu do governo considerar os sindicatos ilegais e ditar estado de sítio para deter a agitação que, segundo ela, tinha apenas razões políticas e prejudicava os acordos internacionais do país. O sindicato, em função do fracasso dos trâmites legais, decretou greve geral a partir de 14 de dezembro. Tomando contato com essas informações, imediatamente o governo acionou o exército. Logo no dia 13, os dirigentes do sindicato foram presos. Seguiu-se no mesmo dia uma grande mobilização exigindo liberdade aos dirigentes e que foi recebida a bala pela polícia.

Com os dirigentes presos, a greve ganhou adesão maciça. O governo tentou quebrar o impulso do movimento cortando os salários, o que exacerbou ainda mais os ânimos. No dia 21 uma gigantesca passeata de oito mil mineiros cruzava a planície que conduz ao acampamento de Catavi rumo à sede da empresa. A frente, numa ingênua esperança de solidariedade dos militares, caminhavam mulheres, velhos e crianças. O exército preparara estrategicamente diversas peças de metralhadora para enfrentar os temíveis mineiros. Assim quando a enorme massa alcançou a mira das armas, uma enorme fuzilaria massacró sem tréguas centenas de mineiros desarmados, com tanta coragem e eficiência do exército boliviano como nenhuma batalha na guerra do Chaco jamais presenciara<sup>26</sup>. Era o domingo sangrento da revolução boliviana.

As repercussões foram inesperadas para o governo. No parlamento, sofreu uma bateria de acusações dos partidos de oposição, sem que pudesse se defender a altura. A base parlamentar de apoio ao governo sofreu fraturas importantes. Entre a população chegaram a circular rumores de que milhares de mineiros teriam sido degolados. O PIR foi eleito pelo governo como principal responsável pela tragédia, no entanto o partido negou qualquer responsabilidade<sup>27</sup>, o que repercutiria negativamente na sua imagem de partido operário. A nível internacional houve uma campanha de coleta de fundos em solidariedade as famílias dos mortos e aos sobreviventes.

Este fato praticamente selou a sorte do governo Peñaranda. Seu governo ficou celebrizado na história boliviana, como um dos responsáveis por uma das maiores carnificinas produzidas contra o movimento operário. O massacre de Catavi em 1942, foi a maior demonstração do caráter irreconciliável que separava a classe operária e a maioria nacional do país da burguesia mineradora. Para a década de 40 tornou-se o marco histórico tão ou mais importante do que fora a Guerra do Chaco na década passada. A selvageria do exército fortaleceu a oposição e criou uma bandeira de sangue para o movimento operário, principalmente para os mineiros. O MNR se aproveitou do massacre de Catavi para atacar duramente o

governo, se bem que limitado ao plano parlamentar e legalista, conseguindo ganhar projeção nacional, abrindo relações políticas com importantes setores sindicais dos mineiros O PIR, que controlava grande parte do movimento sindical na época, manteve uma atitude ambígua, por conta da política da III Internacional orientada a colaborar com todos os governos do campo Aliado. O POR por seu lado, encontrou um terreno mais fértil para expandir sua influência política e consolidar os primeiros laços políticos com jovens estudantes dos centros urbanos e sindicalistas mineiros.

Nos anos seguintes o POR concentrou todos os seus esforços na construção de células entre os operários mineiros, trabalho que foi decisivo para o fortalecimento do partido. Através da influência do POR a FSTMB (Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos), fundada em 1944, aprovou o principal documento que inspiraria a revolução boliviana, as Teses de Pulacayo. A Tese significava a transferência para o movimento sindical das linhas mestras da orientação política do POR e tornou-se praticamente um programa político para a Federação dos Mineiros que se estruturava neste período. O documento expressava em linhas gerais uma tentativa de tradução das elaborações teóricas e políticas da IV Internacional para a realidade boliviana. Propunha uma estratégia de luta revolucionária para o proletariado boliviano que partisse da aliança com os camponeses para conquistar a maioria da nação. A independência nacional e a conquista da democracia deveriam ser assumidas como parte das tarefas da revolução socialista:

*“Os países atrasados se movem sob o signo da pressão imperialista, seu desenvolvimento tem um caráter combinado: reúnem ao mesmo tempo as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalista. O proletariado dos países atrasados está obrigado a combinar a luta pelas tarefas democrático-burguesas com a luta pelas reivindicações socialistas. Ambas as etapas - a democrática e a socialista - não estão separadas na luta por etapas históricas, senão que surgem imediatamente uma da outra.”* (Tesis de Pulacayo 1946)

Durante o governo do coronel Gualberto Villarroel (1943-1946) que sucedeu Enrique Peñaranda, algumas das propostas do MNR foram adotadas. Villarroel por seu lado, mantinha relações com a loja militar Radepa (Razón de Patria), que possuía entre seus membros simpatizantes do fascismo. O MNR envolveu-se diretamente com o governo e Victor Paz Estenssoro assumiu o ministério da Fazenda. Buscando apoio social para uma política nacionalista, Villarroel fez concessões aos movimentos de massa. Foi realizado o 1º congresso camponês da Bolívia e a FSTMB (Federación Sindical de los Trabajadores Mineros de Bolivia), recém constituída, foi apoiada. Num momento de grande tensão política internacional, em que setores do MNR e da Radepa mantinham relações obscuras com setores fascistas, o

PIR patrocinou a organização de um poderoso bloco opositor ao governo. Os setores mais conservadores ligados aos grande mineradores e latifundiários, em aliança com o PIR, desfecharam um sangrento golpe de estado em 21 de julho de 1946 e o presidente terminou sendo executado (Andrade 1996: p. 55).

O “sexênio”, ou os seis anos anteriores à revolução (1946 a 1952) foram marcados pelos enfrentamentos entre os governos de Enrique Hertzog e Mamerto Urriolagoitia e os protestos de camponeses e mineiros. Os grandes proprietários mesmo com o controle do exército não conseguiram manter a estabilidade política do país. As organizações operárias, partidos e sindicatos, ganharam capacidade crescente de ação política e passaram a atuar como novos atores na vida política nacional.

Em 1947 o POR, em aliança com a FSTMB, elegeu 10 deputados e dois senadores ao parlamento. A nova e inédita bancada parlamentar era por si só expressão da instabilidade do regime e constituiu-se em instrumento mobilizador e auxiliar dos sindicatos. O governo Hertzog respondia com um recrudescimento das perseguições e ameaças. Depois de dois anos de atividades todos os parlamentares operários foram presos ou tiveram que se exilar. Os deputados do POR foram presos, os jornais e sedes do partido fechados. A frente do ministério do Trabalho encontravam-se dos militantes do PIR, dando uma cobertura de “esquerda” e “operária” às ações da ditadura Hertzog.

Em maio 1949 centenas de mineiros foram massacrados e mortos pelo exército na mina de Siglo XX depois de um movimento grevista. Hertzog foi em seguida substituído pelo general Mamerto Urriolagoitia. A troca de governo representava uma mudança de tática da burguesia. O verniz democrático foi descartado junto com os estalinistas do PIR pela violência militar direta contra o movimento social. Era uma tentativa de afastar uma crise revolucionária em pleno desenvolvimento e que cresceria nos anos seguintes. No mesmo ano, agosto de 1949, o MNR desencadeou um movimento militar na tentativa de derrubar o governo. Embora derrotado, o MNR demonstrou inegável capacidade de mobilização nacional e crescente inserção social.

No ano seguinte, março de 1950, uma greve geral organizada pelo POR, MNR, PIR e o recém fundado Partido Comunista, parou o país. Violentos choques armados abalaram bairros da própria capital do país. Para sufocar a rebelião, os bairros populares de La Paz foram bombardeados por canhões e aviões por vários dias. A situação chegara a tal ponto que a violência tornou-se um meio permanente de conter a rebelião popular. O governo do general Mamerto Urriolagoitia, em crescente isolamento, decidiu convocar eleições para 1951, esperando abrir uma saída política para o regime.

Vitor Paz Estenssoro do MNR conseguiu ser o candidato mais votado, porém os militares não aceitaram a vitória das oposições e deram um golpe preventivo sob o comando do general Hugo Ballivián

sob o argumento de que Paz Estenssoro apesar de ter sido o mais votado, não conseguira a maioria dos votos. As perseguições enfraqueceram a capacidade de organização e mobilização do POR. Os principais dirigentes partidários e lideranças sindicais estavam presos ou exilados nessa época. Desta forma o POR não participou das eleições de 1951, lançando a posição de voto nulo (LORA 1978: 224-225). Essa posição procurava demonstrar o caráter limitado e deformado do processo eleitoral em curso. Mas, de certa forma, permitiu que o MNR pudesse capitalizar ainda mais o descontentamento que crescia nos centros urbanos do país. Apesar da maioria da população não ter podido votar por ser analfabeta, viram em Paz Estenssoro um instrumento para se opor ao regime.

## **Do golpe à revolução**

Apesar do compromisso comum de fazer oposição à ditadura militar, os partidos de oposição mantinham claras diferenciações táticas. Para o MNR tratava-se de empossar o presidente eleito em 1951. A orientação do MNR previa a articulação um golpe militar com a participação de alguns generais insatisfeitos como o general Antonio Seleme que chefiava a polícia do governo. Os conspiradores temiam que uma grande participação popular transformasse o golpe numa rebelião sem controle. O golpe finalmente ocorreu na manhã de 9 de abril de 1952. Dois mil policiais sob o comando do general Seleme e algumas dezenas de partidários do MNR tomaram o Palácio presidencial e os principais pontos estratégicos da capital La Paz. Em Oruro, outra importante cidade do país, o golpe também se iniciou com sucesso. Mas no final do dia 9, as forças governistas se rearticularam. La Paz foi cercada e em Oruro os militares que apoiavam o golpe mudaram de lado. O general Seleme abandonou a aventura golpista e se escondeu na embaixada do Chile. Siles Suazo, líder do MNR propôs a rendição. O golpe fracassara. Porém os combates de rua continuavam.

No dia 10 o golpe militar se transformou em revolução popular com as massas tomando o movimento para si. Enquanto os líderes do MNR escondiam-se, milhares de homens e mulheres anônimos transformaram-se em combatentes revolucionários. Os quartéis e delegacias policiais de La Paz e Oruro foram tomados e as armas distribuídas para improvisados batalhões populares. O MNR perdeu o controle da rebelião. O 10 de abril em La Paz foi palco de uma sangrenta batalha de rua. Sete dos mais equipados regimentos do exército cercaram e bombardearam a cidade, mas a capital permaneceu impenetrável. Barricadas fechavam as ruas. Dos casebres e becos estreitos o povo respondia atirando. O exército se perdia e se dividia pelas estreitas e lamacentas ruas de La Paz. Soldados desistiam da luta e entregavam suas armas. Lutavam contra um exército invisível que atirava de todos os lados, de todas as casas, de todas as janelas.

Ainda no final do dia 10 um trem com centenas de mineiros atacou o exército pela retaguarda. A base militar de El Alto, quartel general do exército e próxima a La Paz, foi tomada e os generais fugiram. Em Oruro no mesmo dia ocorreu a maior batalha da revolução. Nas planícies que circundam a cidade as divisões do exército também foram vencidas por tropas improvisadas de mineiros e camponeses. Cerca de 300 pessoas caíram mortas neste combate. Em Cochabamba e outras cidades do país as notícias da queda de La Paz e Oruro desarticularam a resistência do exército. Os melhores regimentos do exército boliviano foram derrotados pela população em armas.

Os dias de insurreição revolucionária que abalaram a Bolívia entre 9 e 11 de abril representaram o ápice de um longo processo onde as massas populares tomaram em suas próprias mãos a história do país. Suplantando os planos, preparativos e conspirações quotidianas da maioria dos grupos e partidos políticos, a grande massa revolucionária tornou-se personagem central. É esse personagem, de mil faces e mil braços, de ações pouco sincronizadas e mais espontâneas, que agiu e realizou, sem deixar muitos registros das suas pequenas ações, a insurreição de abril de 1952. Por esse motivo, 1952 não foi apenas um fato político de dimensões revolucionárias, mas representou uma mudança de grau e de métodos da luta política na Bolívia com uma profundidade que até então não acontecera.

O golpe de estado tramado pelo MNR e por militares da própria Junta de governo em 9 de abril, não pode ser visto como o estopim de todo o processo revolucionário, mas um incidente que fazia parte de uma longa cadeia ou processo de crescentes contradições da sociedade nacional. Os elementos de desgaste do aparato estatal de dominação, dos quais o golpe às eleições de 1951 era o fato mais próximo, permitiram às massas populares visualizarem mais concretamente a dimensão da crise da burguesia e as possibilidades reais de mudanças que se apresentavam. Significava a consolidação de uma consciência coletiva revolucionária que fora auxiliado pela atividade dos partidos opositores nos anos precedentes. Os desdobramentos que conduziram ao golpe de estado de 9 de abril ocorreram, porém, de forma deliberadamente apartada pelo MNR de uma mobilização política de massas.

### **A fundação da COB e a dualidade de poderes**

A distância entre o que queriam os líderes do MNR e o povo revolucionário ficou clara quando no próprio dia 11 de abril, Siles Suazo, líder do MNR, assinou um acordo com o general Torres. O general Torres chefiara as forças do exército contra o povo. O acordo de Torres e Siles Suazo foi chamado de “Pacto de Laja”. Este acordo não reconhecia a vitória da revolução e propunha uma trégua entre os dois lados da luta. Foi uma tentativa do MNR de parar a revolução popular e tentar manter a autoridade do exército. Mas isto foi impossível. O exército fora derrotado, agora a Bolívia estava nas mãos das improvisadas milícias populares de mineiros e camponeses. O Pacto de Laja teve que ser ignorado.

Os sindicatos operários, sob o impulso revolucionário da vitória sobre as forças da “Rosca”, fundaram no dia 17 de abril a COB (Central Operária Boliviana) capitaneados pelas lideranças dos sindicatos mineiros. A iniciativa de fundar a COB coube particularmente ao POR, buscando criar uma dinâmica independente de luta pelo poder para o movimento operário e enfraquecer as posições do MNR. A COB logo viria a se transformar no grande centro popular da revolução, com maior poder que o próprio

governo de Paz Estenssoro. Desde sua fundação os principais sindicatos e movimentos camponeses do país se dirigiram para a COB.

Para pressionar o novo governo a realizar as nacionalizações, os mineiros passaram a realizar grandes passeatas e comícios em todo o país nos meses seguintes a abril de 1952. No dia 13 de maio de 1952, o governo decidiu então criar uma comissão para estudar a nacionalização das minas e ganhar tempo. O governo buscava impedir a nacionalização das minas sob pressões dos Estados Unidos, que ameaçava não comprar os minérios bolivianos caso as minas fossem nacionalizadas. Procurando se equilibrar entre as pressões dos mineiros e dos Estados Unidos, o governo decretou em julho o controle sobre as exportações de minérios. No dia 2 de outubro era criada a COMIBOL (corporação mineira da Bolívia) com a finalidade de explorar e vender o produto das minas do Estado. Finalmente no dia 31 de outubro foi assinado o decreto de nacionalização da grande mineração.

No final de 1952, quando o governo de Paz Estenssoro pensava ter controlado a revolução, começava provavelmente a sua fase mais conturbada. Na região de Cochabamba teve início a rebelião camponesa. Muitas fazendas começaram a ser incendiadas pelos camponeses. Vários proprietários foram mortos. Casas e instalações eram invadidas e incendiadas. Os camponeses iniciaram a formação de sindicatos e grupos armados. A Federação dos Camponeses de Cochabamba tornou-se começo de 1953 no centro da revolução camponesa. O presidente da Federação José Rojas, era militante do POR, partido que propunha que os camponeses ocupassem diretamente a terra e expulsassem os fazendeiros.

Buscando antecipar-se a qualquer perigo de radicalização revolucionária, o governo anunciou a formação de uma comissão para preparar uma Lei de Reforma Agrária. O objetivo dessa medida era claro, ganhar tempo para controlar os camponeses e o POR. Ao mesmo tempo muitos líderes camponeses foram cooptados recebendo cargos no governo. Finalmente o decreto de reforma agrária foi assinado em 2 de agosto de 1953 num grande comício em Cochabamba. A distribuição de terras atendeu parte dos camponeses, porque não lhes deu terras suficientes. Grandes fazendas com pouca produção não chegaram a ser tocadas. Os direitos usurpados das antigas comunidades indígenas foram esquecidos. A Reforma agrária seria realizada a partir de comissões controladas pelo MNR. Para conseguir terras era preciso aliar-se ao governo e ao seu partido. Essa medida ajudou o MNR a colocar sob seu comando o movimento camponês. O POR, ao contrário, perdeu sua força original. O MNR limitou o alcance social da reforma agrária, incentivando a colonização com o deslocamento de camponeses de Cochabamba para as regiões menos povoadas do país como o Oriente.

Com ajuda dos Estados Unidos foram reorganizadas as forças armadas que a revolução derrotara. As milícias operárias e camponesas surgidas em 1952 foram sendo desmobilizadas. Novas áreas mineradoras e de petróleo foram abertas às empresas norte-americanas. A partir de 1954 grupos de técnicos e economistas dos Estados Unidos passaram a supervisionar a economia do país em troca de empréstimos à Bolívia.

As estruturas políticas e sociais do país estavam marcadas essencialmente pela penetração e interferência do capitalismo imperialista que conduziu à formação de uma estrutura econômica dependente, desigual e combinada. No entanto, uma particularidade importante da Bolívia foi a preponderância do setor minerador exportador - extremamente monopolizado e subordinado ao imperialismo - sobre as oligarquias do campo e da cidade, as camadas médias e a grande massa indígena camponesa e operária. Isso conduziu à constituição de um Estado, tanto política quanto economicamente, muito dependente dos grandes magnatas mineradores. Mais do que isto, a Bolívia constituía um caso extremo de economia de enclave, monoprodutora e governada por um Estado que não se constituía muito além de uma agência intermediadora dos negócios de três grandes mineradores.

A revolução boliviana foi a primeira revolução operária de massas da América Latina. Esse acontecimento, aparentemente contraditório com o pouco desenvolvimento industrial e o reduzido peso numérico do proletariado mineiro, deveu-se ao caráter extremamente desigual e combinado da formação histórica do país. Os limites políticos e econômicos em que a revolução se conformou relacionaram-se principalmente a fatores externos combinados com a dinâmica dos grupos políticos e setores sociais nacionais. De um lado destacamos a complacência inicial da pequena burguesia do MNR com a crescente interferência estadunidense, que levou seu reformismo nacionalista a regredir rapidamente ao colaboracionismo. Esta posição esteve ligada à necessidade de impedir o desenvolvimento independente e revolucionário do movimento de massas, permitindo uma rearticulação burguesa subordinada aos EUA. A revolução, por outro lado, demonstrou que o MNR era desde o princípio um agente de homogeneização classista e ideológica, que procurava anular as contradições de classe que a revolução aprofundava. Houve de fato uma intervenção política direta dos EUA - ainda que não de maneira armada - com a colaboração da cúpula dirigente do MNR, para a viabilização deste desenlace.

- <sup>1</sup>GUZMÁN, Augusto *Historia de Bolivia*, p. 263-266
- <sup>2</sup>MALLOY, James. *Bolivia: la revolución inconclusa*, La Paz, Ceres, 1989, 536p. Ver em particular p. 63-64. O grande desinteresse pelo desenvolvimento da economia nacional chegou a ponto de os magnatas do estanho, que possuíam rendas superiores às do estado boliviano, fundarem as sedes de suas empresas no exterior. Em 1924 Simon Patiño fundou a "Patiño Mines and Enterprise Consolidated Inc." no estado de Delaware nos EUA com capital de 6.250.000 libras. Em 1922 Aramayo fundou a "Compagnie Aramayo de Mines en Bolivie S.A." com sede na Suíça e capital de 25 milhões de francos in: JUSTO, Liborio. *La Revolución Derrotada*, Buenos Aires: Juárez, 1973, p. 89.
- <sup>3</sup>Cf. VIRREIRA, Walter H. *Breve Historia de la minería boliviana*, La Paz: Amigos Del libro, 1979.
- <sup>4</sup>KLEIN, Herbert. *Historia General de Bolivia*, La Paz, Juventud, 1982, 361p. Ver p.219
- <sup>5</sup>Walter H. VIRREIRA, OP CIT.
- <sup>6</sup>Ibidem, p. 219-220
- <sup>7</sup>PAZ, Sergio Almaraz *El poder y la caída - el estaño en la historia de Bolivia*, 4ª ed., La Paz: Amigos del libro, 1967, pp. 35-40
- <sup>8</sup>LORA, Guillermo. *Formación de la clase obrera boliviana*, La Paz: Masas, 1980, pp. 38-42.
- <sup>9</sup>KLEIN, Herbert, *op cit*, pp. 225-228.
- <sup>10</sup>A grande maioria dos autores atribui a principal motivação da guerra às disputas pelos supostos campos petrolíferos do Chaco entre a Standard Oil norte-americana e a Royal Deutch inglesa, de maneira absolutamente descontextualizada da crise econômica de fundo que abalava o conjunto da economia mundial e particularmente a boliviana. Ver por exemplo: GALLARDO LOZADA, Jorge. *La nación postergada*, La Paz, Los amigos del libro, 1984, ver pp. 233-239 e ALEXANDER, Robert. *La revolución nacional boliviana*. La Paz, Dirección nacional de informaciones, 1961, p. 24.
- <sup>11</sup>KLEIN, Herbert. *Orígenes de la revolución nacional boliviana - la crisis de la generación del Chaco*, La Paz: Juventud, 1968, p. 173
- <sup>12</sup>IN: KLEIN, Herbert. "American Oil Companies in Latin America: the bolivian experience", in: *American Economic Affairs*, 18 (2):47-72, 1964.
- <sup>13</sup>MALLOY, James *op cit.*, p. 104
- <sup>14</sup>KLEIN, H. *Op cit*, pp. 212-214
- <sup>15</sup>RODRIGUEZ, Isaac Sandoval. *Nacionalismo en Bolivia*, pp. 129-132
- <sup>16</sup>KLEIN, H. *Historia General de Bolivia*, p. 229
- <sup>17</sup>Idem, p. 247
- <sup>18</sup>MALLOY, J. *op cit*, pp. 120-121
- <sup>19</sup>KLEIN, Herbert. "American Oil companies in Latin American: the bolivian experience", pp. 62-64
- <sup>20</sup>MALLOY, James. *op cit*, pp. 133-135.
- <sup>21</sup>GALLEGO, Ferran. "Notas sobre el gobierno de Enrique Peñaranda en Bolivia - 1939-1943", *Ibero-amerikanisches archiv*, 13 (2): 229-254, 1987.
- <sup>22</sup>DUNKERLEY, James. *Rebelión en las venas - la lucha política en Bolivia 1952-1982*, La Paz: Quipus, 1987, pp. 23-24.
- <sup>23</sup>KLEIN, H. *Orígenes de la revolución nacional boliviana*, *op cit*, p. 406.
- <sup>24</sup>KLEIN, Herbert. *Historia General de Bolivia*, p. 264.
- <sup>25</sup>LORA, Guillermo. *Historia del movimiento obrero (1933-1953)*, La Paz: Amigos del libro, 1980, 703p..
- <sup>26</sup>Idem, pp. 365-380 e KLEIN, H. *Orígenes de la revolución nacional boliviana*, *op cit*, pp. 409-424.
- <sup>27</sup>KLEIN, Herbert. *op cit*, p. 411.